

Refuncionalizações e reconfigurações urbanas: uma análise do papel de Araguari no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG)

Flávia Aparecida Vieira de Araújo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Bolsista CNPq Brasil

flaviaraujogeo@yahoo.com.br

Universidade Federal de Uberlândia

Beatriz Ribeiro Soares

Professora Doutora do Instituto de Geografia

brsoares@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia

Introdução

As principais transformações socioespaciais engendradas pela revolução técnico-científica, ocorrida na segunda metade do século XX, foram expressas em um significativo aumento da articulação inter-regional, que se tornava cada vez mais necessária à reprodução do capital nacional e global. No território brasileiro, a ampliação dessa articulação intensificou a divisão territorial do trabalho, contribuindo, assim, para uma complexificação da rede urbana nacional. Essa complexidade advém da modernização da rede de transportes e comunicações, que possibilitam uma maior integração entre os lugares que não possuem contigüidade espacial. Todavia, deve-se ressaltar que tal integração é desigual, obedecendo à própria lógica de desigualdade e combinação que marca a reprodução do capital. Isso é discutido por Corrêa (1997, p. 101-102), ao afirmar que:

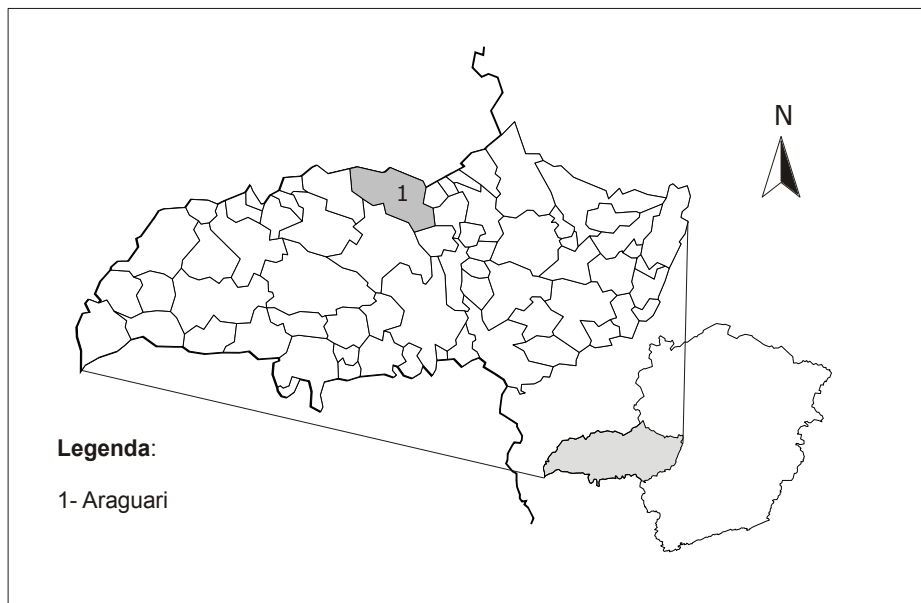
A crescente divisão territorial do trabalho e a necessária ampliação das articulações inter-regionais - via telegráfica, ferroviária, rodoviária e pelas modernas e sofisticadas redes de comunicações - gerou uma rede urbana efetivamente nacional. [...] A integração da rede urbana é mais complexa e intensa. [...] A complexidade envolve tipos de relações que, se já eram existentes no passado, 'tornaram-se mais intensas, operacionalmente mais modernas e eficazes' e, ainda mais, generalizadas por todo o território nacional; passaram também a realizar-se 'em diferentes direções, abrangendo centros que se situam em regiões não-contíguas entre si. Intensidade, generalizações e não-contigüidade, que foram viabilizados pela difusão de modernos e eficazes meios de comunicação implantados pelo Estado'. [...] A integração é, assim, desigual (grifos do autor).

Destarte, a partir da década de 1970, com a expansão dos setores agropecuário, comercial e industrial e a modernização das infra-estruturas de transporte e comunicação, ocorreu uma transformação nos papéis das cidades brasileiras, com a refuncionalização das atividades urbanas, tendo como conseqüência disso a reconfiguração da rede urbana. Nesse contexto, há uma refuncionalização da rede urbana do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba¹ no estado de Minas Gerais.

¹ O presente trabalho irá considerar a organização político-administrativa que divide o estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões geográficas, dentre as quais está a do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, localizada na parte oeste do estado. Assim, sempre que houver referência ao Triângulo Mineiro, considere a mesorregião supracitada.

É importante ressaltar que a diferenciação entre as cidades acompanhou a própria formação socioespacial da região triangulina², que foi marcada pela alternância de hegemonia entre seus núcleos urbanos. Essa alternância constitui-se em um reflexo das diferentes inserções desses núcleos na divisão territorial do trabalho, a qual, em suas sucessivas fases engendradas pelas necessidades de reprodução do capital, imprime uma nova dinâmica à sociedade, transformando e redefinindo os papéis, conteúdos e funções dos lugares.

Nessa perspectiva, o entendimento da reconfiguração e refuncionalização urbana da cidade de Araguari, a partir da análise de seu papel no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, constituiu o objetivo desta pesquisa. O município de Araguari está localizado na porção norte da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais. A área total do município é de 2.730 Km², sendo 2.675 Km² de área rural e 55 Km² de área urbana (Mapa 1).



Mapa 1 - Araguari (MG): localização do município no estado de Minas Gerais (2009)

Fonte: <http://philgeo.club.fr/Index.html>

Adaptado por: Flávia Aparecida Vieira de Araújo, 2009.

A escolha da cidade de Araguari justifica-se pelo fato de que esse trabalho se propõe a analisar a importância que ela possuía no final do século XIX e início do século XX, quando era *ponta de linha* da Estrada de Ferro Mogiana. Essa posição lhe conferiu uma significativa importância no contexto regional e uma posição de destaque na rede urbana triangulina, todavia, ocorreu uma perda de sua hegemonia na região, decorrente da divisão territorial do trabalho. Assim, procurou-se analisar a dinâmica socioeconômica particular de um centro urbano, que, ao sofrer uma inversão de papéis, conteúdos e funções, é capaz de engendrar transformações em todo o segmento da rede urbana da qual faz parte. Considera-se que o entendimento a que essa pesquisa se propõe só é possível a partir da consideração das transformações ocorridas na estrutura espacial, a partir de um resgate histórico, e dos principais elementos que levaram à alteração do conteúdo e do papel que a cidade de Araguari desempenhou e desempenha na rede urbana brasileira e, conseqüentemente, no processo de urbanização brasileiro.

² O termo triangulina refere-se ao Triângulo Mineiro e é utilizado por alguns autores, tais como Brandão (1989) e Guimarães (1990). Assim, optou-se pela adoção do termo no presente trabalho, que abordará a rede urbana dessa região.

Para o alcance do objetivo proposto, foi realizado um levantamento bibliográfico que se tornou de fundamental importância à delimitação teórica do trabalho. Entendeu-se, assim, a necessidade de se recorrer a trabalhos publicados sobre o papel das cidades do Triângulo Mineiro na rede urbana regional. Entre os selecionados, destacam-se os produzidos por Brandão (1989), Guimarães (1990, 1991), Soares (1995, 1997), Bacelar (2003) e Soares et al (2004). A partir da leitura e análise dessas pesquisas, foi possível recompor os principais aspectos do processo histórico que marca a fase da reconfiguração da rede urbana triangulina, destacando o papel que Araguari possuía no início do século XX e também como sua vitalidade econômica e centralizadora foi sendo “desconstruída”.

Também foram levantados dados censitários e estatísticos do município de Araguari no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os quais foram organizados em tabelas e se tornaram de fundamental importância à compreensão da dinâmica socioeconômica dessa cidade.

O recorte temporal da pesquisa compreendeu o período que abarca a segunda metade do século XIX, especificamente a década de 1980, até os dias atuais. Isso se justifica pelo fato de que nesse período houve uma inversão do papel desempenhado pela cidade de Araguari que teve elementos de adequação e, paradoxalmente, de aspectos que não atendiam às necessidades exigidas pela constante e mutável divisão territorial do trabalho estabelecida na região.

Não obstante o fato de Araguari demonstrar menor destaque econômico no cenário regional/nacional em relação a outros momentos históricos, entende-se a necessidade da realização de pesquisas sobre o papel dessa cidade na rede urbana triangulina, uma vez que não existem trabalhos que tratem especificamente dessa questão com maior aprofundamento. A importância de pesquisas específicas sobre Araguari também se justifica a partir de algumas constatações realizadas por Soares et al (2004), quando consideram que Araguari desempenha papel de *cidade média*, pois apresentam dados demográficos, econômicos e de infra-estruturas semelhantes aos das outras cidades médias do Triângulo Mineiro. É importante ressaltar que as cidades médias brasileiras possuem papéis importantes no quadro urbano brasileiro, e para a cidade de Araguari isso não é diferente. Assim, a importância dessa pesquisa pauta-se na contribuição que poderá trazer aos estudos recentes no âmbito da Geografia Urbana sobre o papel das cidades médias, já que se propõe a entender o real papel de Araguari no atual quadro da hierarquia urbana brasileira e no contexto da rede urbana triangulina.

Para uma melhor organização do texto, o trabalho está estruturado em quatro partes, sendo uma delas as considerações finais. Na primeira, há uma discussão sobre os fatores que contribuíram para a importância regional da cidade de Araguari no início do século XX, enquanto que a segunda discute sobre os aspectos que levaram ao arrefecimento da economia dessa cidade e, conseqüentemente, à reconfiguração da rede urbana. A terceira parte, por sua vez, pauta-se em uma discussão sobre o processo de modernização agrícola, que representou um fator de crescimento à economia araguarina.

1. Araguari (MG): a capital regional do Triângulo Mineiro no início do século XX

O processo de formação dos núcleos urbanos na região do Triângulo Mineiro acompanhou a dinâmica da urbanização do país, que se caracterizou, inicialmente, por apresentar um sistema constituído por centros urbanos dispersos e desarticulados, conforme apontaram Corrêa (1989), Santos (1993), entre outros. Nesse contexto de desarticulação urbana, surgiu a necessidade de integrar essa mesorregião e implantar um sistema de comunicação interurbano com o estado de São Paulo que, em meados do século XIX, iniciava sua inserção no processo de industrialização, despontando-se no cenário nacional. O interesse dessa integração foi

ainda maior por parte da economia paulista que, para sustentar e desenvolver-se, necessitava escoar a produção industrial às outras regiões do país.

As políticas de integração nacional, impulsionadas pelo estado de São Paulo, deram especial atenção ao Triângulo Mineiro em função dessa região ter como sustentáculo de sua base econômica a produção agropecuária, que foi de extrema importância ao abastecimento do crescente contingente populacional paulista. Os investimentos canalizaram-se para a construção de ferrovias, meio de transporte que, além de interligar os diversos núcleos populacionais e intensificar a relação comercial dos mesmos, propiciou uma nova dinâmica ao desenvolvimento socioeconômico das regiões brasileiras.

No Triângulo Mineiro, a ferrovia tornou-se um aspecto condicionante à reformulação da organização socioeconômica e redefinição do papel das cidades na divisão inter-regional do trabalho presente nessa região (GUIMARÃES, 1991). De acordo com esse autor,

[...] nas regiões marginais das economias periféricas, a ferrovia era apenas a possibilidade de intercâmbio comercial com os principais mercados consumidores e produtores do país. Representa o advento do moderno, que rompia as barreiras geográficas e possibilitava a incorporação extensiva do mercado. Onde a ferrovia tocava seus braços aumentava a renda da terra e expandia as relações comerciais (GUIMARÃES, 1991, p. 17).

Em 1888, o estado de Minas Gerais e particularmente, a região do Triângulo Mineiro, passam a ser servidos pela infra-estrutura de uma linha férrea implantada pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Segundo Rodrigues (1988, p. 17), ela [...] “foi organizada em 1872, com o fim de construir uma estrada de ferro com bitola de um metro, entre as cidades de Campinas e Mogi-Mirim, com ramal para Amparo [localizadas no Estado de São Paulo], nos termos da Lei Provincial nº 18, de 21 de março de 1872”.

A máquina a vapor, que transpôs os estados de São Paulo e Minas Gerais, denota a importância que representava a comunicação desses estados, especialmente, da região triangulina com o estado de São Paulo, centro dinâmico da economia brasileira. Segundo Soares (1995), a inserção do Triângulo Mineiro na economia nacional foi favorecida por diversos fatores, quais sejam, a situação geográfica, a potencialidade de recursos naturais disponíveis, a ausência de resistências culturais e a existência de força de trabalho familiar. Conforme afirmou a autora, é inegável a contribuição desses fatores para tornar o Triângulo Mineiro um [...] “entreposto comercial na distribuição de produtos agropecuários do Centro-Oeste e Norte do Brasil e, ao mesmo tempo, intercambiar para esses os produtos industrializados provenientes do Estado de São Paulo” (SOARES, 1995, p. 54).

Diante do êxito que representaria a implantação da Estrada de Ferro Mogiana no estado de Minas Gerais, o trecho é prolongado de Jaguara (SP) à Uberaba (MG), no ano de 1889. A ferrovia teve sua marcha interrompida durante seis anos, sendo, posteriormente, implantada no município vizinho, São Pedro de Uberabinha (atual Uberlândia) em 1895. No ano seguinte, 1896, tem-se a efetivação da Estrada de Ferro Mogiana no município de Araguari, que se tornou *ponta* de linha dessa estrada, o que representou um fator de substancial importância à sua economia. De acordo com Brandão (1989, p. 81):

Araguari se beneficiou do fato de ser “ponta de linha” da Estrada de Ferro Mogiana durante um longo período. Todos os produtos goianos em demanda, principalmente a São Paulo, teriam necessariamente que aportar a essa cidade, sendo que alguns eram aí processados antes de seguirem seu destino.

Conforme apontou Guimarães (1990), a sede do sistema ferroviário era favorecido, pois representava o *locus* da apropriação do capital gerado. Tal sistema era constituído pelo local de onde a ferrovia partia (a cidade de Campinas, no caso da Mogiana); as cidades polarizadoras e os pontos terminais, como era o caso de Araguari e Uberaba. O fato de ser um

ponto terminal possibilitava a transformação da cidade em um núcleo polarizador. Assim, em 1897, observou-se a disputa de hegemonia no Brasil Central entre as cidades de Araguari e Uberaba, que eram os núcleos polarizadores da Mogiana.

A cidade de Araguari desempenhava o papel de intermediação entre a economia paulista e o sudeste goiano, cumprindo a função de entreposto comercial, seja dos produtos agrícolas que provinham de Goiás ou dos produtos manufaturados provenientes de São Paulo. Essa questão é discutida por Soares (1995, p. 52), que afirma:

[...] durante um longo período, Uberaba e Araguari foram muito beneficiadas pelo fato de serem *ponta de linha* da Estrada de Ferro Mogiana. A primeira, no início do século XX, já se afirmava como um importante centro pecuário, enquanto a última controlava o fluxo de comercialização no caminho Goiás-São Paulo, retendo, no município, parte significativa do excedente goiano (grifo da autora).

Nessa perspectiva, a posição como ponto terminal da Estrada de Ferro tornou-se privilegiada à Araguari, pois possibilitou que essa cidade apropriasse o excedente da região e, conseqüentemente, oferecesse condições favoráveis ao desenvolvimento do capital comercial em seu território (GUIMARÃES, 1991).

O principal produto que a cidade de Araguari comercializava para a economia goiana era o sal que, segundo dados sobre o movimento de mercadorias pela Estrada de Ferro Mogiana, constituía-se no principal produto comercializado nas estações localizadas no Triângulo Mineiro, conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 - Triângulo Mineiro: movimento de mercadorias pela Estrada de Ferro Mogiana, segundo as estações localizadas nessa região (1889-1910)

Produtos*	Período										
	1889	1890	1891	1892	1894	1895	1896	1897	1900	1905	1910
Sal	2935	3720	5053	4898	2970	4832	7066	7155	7036	6796	4614
Cereais	-	-	383	1085	741	416	1138	1720	2357	6861	15820
Toucinho	233	235	124	107	621	67	19	40	297	734	848
Café	31	135	228	231	375	490	772	983	1985	2600	1899
Outros	1969	2783	3372	4403	5542	6244	5824	12219	12276	13115	37142
Total	5168	6873	9160	10724	10249	12049	14819	22117	23951	30106	60323

Nota da tabela: *Quantidade dos produtos em tonelada.

Fonte: Adaptado de BRANDÃO (1989, p. 79).

O município de Araguari, por ser *ponta de linha* da Estrada de Ferro Mogiana e por outros fatores de ordem econômica, social e política, passou a ocupar uma posição de destaque na hierarquia urbana do Triângulo Mineiro, à medida que o comércio foi incrementado, o quadro econômico reconfigurado e o desenvolvimento impulsionado pela exportação de cereais e produtos lácteos, beneficiamento de grãos e indústrias de transformação.

No início do século XX, a cidade de Araguari apresentava um desenvolvimento urbano mais expressivo, o que pode ser constatado pela significativa presença de equipamentos urbanos (ligados à energia elétrica e telefonia) nessa cidade em comparação a outras cidades do Triângulo Mineiro, conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 - Triângulo Mineiro: infra-estrutura urbana das principais cidades (1920)

Município	Focos de iluminação pública	Casas iluminadas	Aparelhos telefônicos
Araguari	450	870	540
Araxá	370	371	168
Conquista	200	108	35
Estrela do Sul	-	-	-
Frutal	375	795	255
Ituiutaba	300	160	1
Monte Alegre	-	-	24
Monte Carmelo	200	120	-
Patrocínio	282	150	39
Prata	-	-	73
Sacramento	295	285	45
Tupaciguara	-	-	13
Uberaba	440	1.830	473
Uberlândia	202	189	90
Total	2912	4878	1346

Fonte: Adaptado de BRANDÃO (1989, p. 100).

Dessa forma, entre o final do século XIX e início do XX, a cidade de Araguari passa por um significativo desenvolvimento urbano, advindo da implantação de indústrias, da instalação de telefonia e energia elétrica, da construção de núcleos escolares e de saúde, da implementação do lazer e de diversos outros equipamentos urbanos. A implantação desses equipamentos e dos serviços, aliada ao domínio sobre o sul goiano, imprimiu uma nova dinâmica à cidade e um novo impulso ao desenvolvimento socioeconômico da mesma. Todavia, a partir da década de 1910, as relações entre as cidades do Triângulo Mineiro passam por mudanças significativas, contribuindo, sobremaneira, para a perda de posição de Araguari na hierarquia urbana, o que será discutido a seguir.

2. Araguari (MG): os fatores que levaram ao arrefecimento de sua economia e à reconfiguração da rede urbana

A perda da hegemonia da cidade de Araguari e o conseqüente arrefecimento de sua economia foram advindos, principalmente, da construção da Estrada de Ferro Alto Tocantins (posteriormente denominada Estrada de Ferro Goiás) em 1909, sendo um prolongamento da Estrada de Ferro Mogiana de Araguari até Catalão (GO). Em 1913, a Estrada adentrou o sul de Goiás e atingiu a cidade de Goiandira (GO), e, em 1935, a cidade de Anápolis; o que representou um dos primeiros entraves à polarização que Araguari exercia até então. Isso foi discutido por Guimarães (1990, p. 49), que afirma: “A cidade mineira iniciava um processo de inflexão em sua posição de ponto terminal em relação ao mercado de Goiás, posição esta definitivamente deteriorada quando os trilhos chegaram à cidade goiana de Anápolis (1935)”. A construção de estradas de rodagem pela Cia. Mineira de Autoviação Intermunicipal e a implantação da Ponte Afonso Pena, que faziam a interligação de Goiás e Mato Grosso³ ao Triângulo Mineiro, e particularmente à Uberlândia, também foram fatores que mudaram as relações entre as cidades dessa região e, conseqüentemente, a hierarquia e a rede formada por esses centros urbanos.

³ É importante lembrar que a divisão do antigo estado do Mato Grosso ocorreu em 1977, assim, quando nos referirmos ao estado do Mato Grosso, deve-se observar de qual período estamos tratando.

A implantação da matriz da Estrada de Ferro Goiás na cidade de Araguari possibilitou que sua influência econômica continuasse por algum tempo. Porém, em 1954, com a transferência da matriz da Estrada de Ferro para a cidade de Goiânia, inicia-se um processo de estagnação⁴ do setor comercial da cidade de Araguari, intensificado na década de 1970, na qual ocorreu o desligamento da Estrada de Ferro Mogiana dessa cidade. Nesse sentido, a cidade inicia um processo de “inflexão comercial”, o que é discutido por Guimarães (1991, p. 49):

A cidade mineira iniciava um processo de inflexão em sua posição de ponto terminal em relação ao mercado de Goiás, posição esta definitivamente deteriorada quando os trilhos chegaram à cidade goiana de Anápolis (1935). Com o prolongamento dos trilhos ao estado de Goiás, Araguari perdeu gradativamente sua dinâmica principal, que era a de receber os impulsos da economia paulista e intermediá-los com o sudeste goiano.

Há que se considerar que esse processo de inflexão deve ser entendido em um contexto mais amplo, pois não se trata de um fato isolado que ocorreu na cidade de Araguari, mas é um reflexo da divisão territorial do trabalho que, em suas sucessivas fases, transforma o conteúdo e função dos lugares. Esse processo deve ser entendido, portanto, a partir de uma contextualização, ou seja, como um reflexo da divisão territorial do trabalho nacional e regional, que imprimiu uma nova dimensão à hierarquia urbana do Triângulo Mineiro, reformulando e reestruturando a rede urbana formada pelas cidades localizadas nessa região. Isso é melhor entendido nas palavras de Bacelar (2003, p. 19), quando esse observa que:

A divisão territorial do trabalho nacional, de caráter intra-regional, promove uma divisão territorial do trabalho de cunho intra-regional, redimensionando a hierarquia da rede urbana do Triângulo Mineiro e estabelecendo novos papéis que determinados municípios exerceram/exercem no cenário político e econômico da região. Cidades que antes possuíam um caráter centralizador de economias num circuito menor ficam, neste novo cenário esboçado, num patamar de dependência frente a centros emergentes e hegemônicos em nível regional, provocando, intra-regionalmente, uma reformulação da rede urbana e produzindo espacialmente uma divisão do trabalho entre capital e trabalho.

O arrefecimento da economia araguarina é advindo, dentre outros fatores, da ampliação e diversificação da produção, do comércio e da prestação de serviços no município vizinho, Uberlândia. Nesse contexto, ocorrem transformações na divisão territorial do trabalho da região triangulina e conseqüentemente, uma redefinição na rede urbana. Côrrea (1989) explica que:

A rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo e uma condição para a divisão territorial do trabalho. É um reflexo à medida que, em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidora de uma complexa tipologia de centros urbanos. (CÔRREA, 1989, p. 41).

Assim, há uma transformação no papel desempenhado por Araguari, que passa a se tornar área de influência da cidade de Uberlândia, a qual exerce uma polarização regional no Triângulo Mineiro. Essa transformação determina, assim, uma reconfiguração e refuncionalização da rede urbana triangulina. Soares (1997) analisando a realidade do Triângulo Mineiro concluiu que:

⁴ Estagnação não deve ser entendida aqui apenas como falta de dinamicidade, mas sim como perda de vitalidade econômica em relação a outros períodos históricos, pois cada lugar combina elementos que contribuem para o arrefecimento e, paradoxalmente, ao desenvolvimento socioeconômico, possuindo, portanto, uma dinâmica própria que revela as contradições do espaço geográfico.

A refuncionalização da rede urbana do Triângulo Mineiro orientou-se principalmente pela modernização do campo, que expulsou uma parcela significativa da população rural; pelo dinamismo de algumas aglomerações; pela intensificação dos fluxos de transportes e comunicações, bem como, pela diversificação dos serviços, que possibilitaram uma maior diferenciação entre as cidades. (SOARES, 1997, p. 118).

Nesse sentido, o processo de modernização do campo tornou-se um aspecto de substancial importância ao crescimento econômico do município, que viveu um processo de arrefecimento de sua economia pelos fatores já discutidos. Dessa maneira, cumpre investigar como se deu esse processo e o que ele representou para a economia araguarina, conforme será apresentado a seguir.

3. De ponta de trilho à capital do tomate: a importância do processo de modernização agrícola para a economia araguarina

No município de Araguari, o processo de modernização agrícola ocorreu após a década de 1970. Apesar das décadas anteriores marcarem o início das inúmeras transformações estruturais pelas quais passou a agricultura brasileira, foi a partir de 1970 que elas se mostraram mais intensas. O município de Araguari, por estar localizado em área de cerrado, foi beneficiado pelos programas financiados pelo governo federal e estadual, que possuíam como objetivo principal a incorporação de terras relativamente baratas por meio da intensificação do uso de capital, da correção da acidez dos solos característicos dessa região, da mecanização da produção agrícola, que foi possibilitada pelo fornecimento de crédito, pela assistência técnica e pela implantação da infra-estrutura básica, como redes elétricas, rodoviárias e de armazenamento. O cerrado tornou-se interessante para a expansão da agricultura devido à sua localização e também pelas suas características físicas, ou seja, a presença de extensas áreas de chapada, que favoreciam a mecanização e a conseqüente introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde.

O incremento da produção e o conseqüente aumento da produtividade foi possível devido aos subsídios dos governos federal e estadual, que forneceram os elementos básicos ao processo de desenvolvimento da agricultura, tais como a concessão de terras, crédito e infra-estrutura necessária para o armazenamento, comercialização, assistência técnica, máquinas, implementos e insumos agrícolas.

A introdução de novas culturas no cerrado, como a soja, o café e o milho, e a valorização do preço das terras decorrente da moderna infra-estrutura implantada na região foram os resultados advindos da atuação dos programas que visavam à modernização da agricultura. Contudo, devemos considerar que os benefícios foram estendidos a uma reduzida parcela da população, já que estes programas atenderam, principalmente, às grandes e médias propriedades, contribuindo para aumentar a desigualdade da distribuição de renda no setor agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1982), o que influenciou a saída da população do campo. Assim, as políticas estatais de modernização impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo no campo, condicionando-lhe uma nova dinâmica econômica e configuração socioespacial, com a mecanização das atividades agrícolas e uma intensa concentração fundiária. É importante considerar que o processo de modernização agrícola brasileiro, em nível macro, engendrou uma nova dinâmica, não só nas áreas rurais, mas também nos centros urbanos. Essa nova dinâmica foi condicionada pela intensificação do fluxo de transportes e comunicações, pela diversificação produtiva e dos serviços e pelo intenso êxodo rural, advindo da expropriação dos pequenos produtores. Estes, não tendo condições de implantar técnicas modernas em sua produção, viram-se obrigados a vender suas propriedades aos

grandes proprietários e migrar em direção às cidades, em busca de emprego e melhores condições de vida.

O campo mostrou-se favorável ao desenvolvimento do capitalismo e ao processo de modernização agrícola. De acordo com Pessôa (1982) esse processo ocorreu de forma parcial, uma vez que se restringiu a alguns produtos e regiões e atingiu apenas algumas fases do ciclo produtivo, sendo voltado, principalmente, aos grandes proprietários, que tiveram maiores facilidades no acesso às políticas agrícolas de crédito rural.

De acordo com a autora,

[...] o crédito rural é dirigido basicamente ao financiamento de um pequeno número de produtos, tais como a soja, o café, a cana, o algodão, o trigo, que recebem a maior parte dos recursos, em uma proporção muito superior à sua participação no total da produção (PESSÔA, 1982, p. 7).

Nesse contexto, as políticas agrícolas no município de Araguari também se dirigiram ao financiamento do cultivo de produtos destinados a abastecer o mercado externo, principalmente o café e, mais tarde, a soja. Após a inserção da lavoura cafeeira no município de Araguari, os produtores sentiram de forma direta a fragilidade desse tipo de cultura, visto que as oscilações no mercado são refletidas diretamente nos preços de cotação, o que não propiciava uma estabilidade à economia do município. Assim, por meio de iniciativas do governo municipal, os produtores destinaram seus recursos para o plantio de maracujá, o que atraiu vários compradores do estado de São Paulo para o município e também favoreceu a instalação das empresas locais de sucos, tais como a Maguary, a Dafruta e a Pomar.

Essa significativa produção contribuiu para que fosse conferido à Araguari, na década de 1980, o título de capital do maracujá e, atualmente, seja considerada a capital do café e do tomate (BACELAR, 2003). O cultivo de soja também foi introduzido no município e está vinculado ao processo de expansão do capitalismo no campo, que trouxe a necessidade de se atender aos interesses dos mercados interno e, principalmente, externo por meio da produção de matéria-prima e alimentos.

A produção agrícola no município foi favorecida pelas condições de solo, clima, topográficas (relevos em chapadões) e litológicas (latossolo vermelho-escuro, popularmente conhecido como terra roxa). Tais condições, aliadas à evolução tecnológica que permitiu o melhoramento das áreas de cerrado, constituem recursos favoráveis ao cultivo desses produtos agrícolas. A tabela 3 permite constatar os principais produtos agrícolas cultivados no município, com destaque para o milho, a soja, o tomate e o café.

Tabela 3 - Araguari (MG): produção agrícola municipal (2006)

Produto	Área colhida (ha)	Produção (t)
Abacaxi (1)	17	425
Alho	238	4.284
Arroz (em casca)	100	130
Banana (2)	130	2.028
Café	8.500	16.830
Coco-da-baía	75	1.500
Feijão (em grão)	310	619
Laranja	20	240
Limão	5	90
Mamão	20	500
Mandioca	238	4.760
Maracujá	450	9.000
Milho (em grão)	14.000	87.360

Palmito	61	488
Soja (em grão)	17.500	54.600
Sorgo granífero	150	300
Tomate	423	33.840
Trigo	156	702

Notas da tabela: (1) Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha

(2) Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006).

Um importante aspecto que se observa no contexto da modernização agrícola do país e, especificamente, no município de Araguari é a nova configuração que pode ser observada no espaço urbano das cidades, que passam a atender às exigências do campo modernizado, implantando lojas de insumos e fertilizantes agrícolas, tornando-se, assim, o lugar da regulação da dinâmica do campo, o que é corroborado pelas palavras de Santos (1993, p. 52):

A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se aperfeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas (grifo do autor).

Nessa perspectiva, a urbanização brasileira ganhou uma nova dimensão com o processo de modernização agrícola, já que houve uma redefinição nos conteúdos e papéis das cidades, que passaram a estabelecer relações mais intensas e complexas. Dessa maneira, há uma intensificação do processo de urbanização no município de Araguari, com um significativo incremento populacional, representado pelo aumento dos residentes urbanos e o decréscimo da população rural, o qual pode ser explicado pela maior intensidade e expressividade da implantação de técnicas modernas na produção agrícola.

É necessário levar em conta que a modernização da agricultura no município de Araguari também atendeu aos interesses das políticas desenvolvimentistas que visavam ao aumento da produção e produtividade, favorecendo o desenvolvimento econômico de seu espaço rural, não levando, necessariamente, a um desenvolvimento rural. Cumpre considerar que a modernização conservadora que ocorreu no município também contribuiu para que as elites estabelecessem raízes rurais e incentivassem, assim como ainda fazem no momento presente, projetos políticos que impedem uma maior dinamização econômica no município.

Assim, é importante considerar que o processo de modernização agrícola e a inserção do capital agroindustrial no município de Araguari não foram diferentes do restante do país, pois favoreceram uma pequena parcela de produtores, representada pelos grandes proprietários de terra, e expropriou um enorme contingente de pequenos proprietários que não possuíam condições favoráveis para a implantação de técnicas modernas em sua pequena produção. Essa parcela de pequenos proprietários teve que vender suas propriedades, contribuindo para o aumento da concentração fundiária no município, e migrar em direção à cidade de Araguari, o que determinou não só o crescimento da população urbana, mas também da taxa de desemprego e demais problemas na cidade. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, Araguari possuía uma população urbana total de 92.748 habitantes⁵, o que representava 90,95% de sua população total e 6,12% da população urbana do Triângulo Mineiro. O crescimento populacional e a conseqüente diminuição da população rural do município podem ser observados nas tabelas 4 e 5.

⁵ No ano 2000, o município de Araguari possuía 101.974 habitantes, o que representava 5,45% da população total do Triângulo Mineiro. Segundo dados da estimativa populacional do IBGE, em 31 de agosto de 2007, a população total de Araguari era de 106.403 habitantes.

Tabela 4 - Araguari (MG): população total, urbana e rural (1970-2000)

Situação	Habitantes				Percentual (%)			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Total	63.368	83.519	91.283	101.974	100	100	100	100
Urbana	49.809	74.267	82.103	92.748	78,60	88,95	89,95	90,95
Rural	13.559	9.252	9.180	9.226	21,40	11,05	10,05	9,05

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 1991 e 2000).

Tabela 5 - Araguari (MG): evolução da população: total, urbana e rural (1970-2000)

População	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Total	31,7	9,2	11,7
Urbana	49,1	10,5	12,9
Rural	-31,7	-0,7	0,5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 1991 e 2000).

No período de 1970 a 2000, o crescimento urbano de 86,20% deve-se, dentre outros fatores, ao processo de modernização agrícola, que engendrou uma nova dinâmica, não só na área rural do município, mas também no espaço urbano. Um estudo realizado por Soares et al (2004), acerca da dinâmica urbana da Bacia do Rio Araguari, conferiu à cidade de Araguari a atribuição de cidade média, sendo polarizada por Uberlândia, que encontra-se no topo da hierarquia urbana. De acordo com Soares et al (2004), as cidades médias brasileiras possuem papéis importantes no quadro urbano brasileiro, pois:

[...] se distinguem pelos índices de crescimento populacional e econômico, particularmente no que diz respeito à diversificação e à concentração de atividades comerciais e de serviços; por oferecerem empregos; por apresentarem bons índices de qualidade de vida; pela existência de redes de transporte, comunicação e informação modernas; por influenciarem na organização econômica regional, por proporcionarem maior equilíbrio interurbano a partir da redução do fluxo migratório em direção às metrópoles, entre outros fatores (SOARES et al, 2004, p. 158).

Assim, consideramos importante analisar os setores da economia mais representativos de ocupação da população no município de Araguari, o que é demonstrado na tabela 6.

Tabela 6 - Araguari (MG): população ocupada por setores (1996-2000)

Setores	Número de pessoas	
	1996	2000
Agropecuária, extração vegetal e pesca	41	222
Industrial*	376	3.815
Comércio de mercadorias	1.510	4.825
Serviços**	607	5.634
Total	2.534	14.496

Notas da tabela: *Estão incluídos: indústria de transformação, construção e outras atividades industriais.

**Estão incluídos: prestação de serviços, social, administração pública, serviços auxiliares de atividades econômicas e outras atividades.

Fonte: Contagem populacional (1996) e Censo Demográfico (2000).

A tabela 6 permite-nos perceber o predomínio das atividades comerciais e de serviços como os setores mais representativos de ocupação da população da cidade. É importante destacar que, apesar da pouca representatividade do setor primário, alguns serviços urbanos estão ligados às atividades agrícolas. A significativa produção agrícola, como um reflexo do processo de modernização agrícola no município, imprimiu uma nova configuração socioespacial à cidade, uma vez que é possível perceber o aparecimento de novos estabelecimentos comerciais e de serviços que surgem para atender às necessidades do campo modernizado, como loja de venda de máquinas agrícolas, insumos e fertilizantes; assim como a prestação de serviços. Isso é um importante fator a ser considerado na pesquisa, pois “é no campo do consumo de bens e serviços ligados à modernização do setor agropecuário que se tem visto um avanço significativo do papel comercial e de serviços das cidades de porte médio” (Sposito et al 2007, p. 47).

O crescimento de 928,17% do setor de serviços é um dos atributos que permite classificar a cidade de Araguari como uma cidade média. Todavia, não pode ser o único, uma vez que para a classificação desse grupo de cidades, cumpre investigar “suas bases físico-territoriais, suas condições de inserção na reestruturação produtiva e financeira, seus fixos e fluxos e seus papéis desempenhados junto à rede urbana” (SILVA, 2007, p. 558).

Assim, considera-se que, apesar dos indicadores que permitem a atribuição de “cidade média” por meio da análise de dados secundários (que não deve ser negligenciada), ela não pode se tornar o único caminho metodológico adotado pelos pesquisadores que se ocupam com o estudo dessas cidades. É de fundamental importância a observação *in loco* dos fixos e fluxos de determinada cidade, pois só assim é possível compreender sua funcionalidade, ou seja, o papel que desempenha no contexto da rede urbana em que está inserida.

4. Considerações finais

A partir das constatações feitas ao longo do texto, pode-se concluir que Araguari, apesar de todo o seu dinamismo econômico no início do século XX, é hoje uma cidade que não consegue exercer a mesma polarização regional que exercia nesse período, pois, assim como outros municípios pertencentes ao Triângulo Mineiro, tornou-se área de influência de Uberlândia. Isso se deve ao fato de Uberlândia apresentar um quadro diferenciado, com uma economia dinâmica, com presença de serviços especializados e maiores oportunidades de emprego, atraindo populações de cidades vizinhas.

Não obstante a cidade de Araguari demonstrar menor destaque econômico no cenário regional/nacional em relação a outros momentos históricos e à Uberlândia, faz-se necessário que sejam realizadas outras pesquisas sobre o papel dessa cidade na rede urbana triangulina, uma vez que não existem trabalhos que tratem especificamente dessa questão com maior aprofundamento. A simples classificação dessa cidade “como cidade-dormitório”, conforme já apontado por alguns autores, é problemático, uma vez que a compreensão do significado regional de Araguari só será possível a partir de pesquisas diretas em seu território. O levantamento de equipamentos e infra-estruturas relativos aos ramos de atividades econômicas que são representativas da atuação dos novos agentes econômicos, que trazem consigo novas práticas e formas de atuação e expressam a incorporação do território brasileiro ao capitalismo contemporâneo, representa uma importante tarefa para a compreensão do papel regional desempenhado por essa cidade. Há que se considerar, contudo, que a análise dos fixos deve ocorrer de forma concomitante com os fluxos que eles engendram, pois conforme nos aponta Santos (1993), o espaço é um conjunto de *fixos*, como também de *fluxos*, que são responsáveis pelas ações que atravessam e/ou se instalam nos *fixos*.

Apesar do patamar demográfico da cidade de Araguari estar localizado no limiar de cidades de porte médio adotado pelo IBGE (100.000 mil habitantes), a análise do papel que ela

cumpra como uma cidade média só é possível a partir do entendimento de sua organização espacial intra-urbana, bem como das relações inter-urbanas, que são estabelecidas em função dessa organização.

Por fim, ressalta-se que o tema proposto não se esgotou com este trabalho, pelo contrário, depois desse fica a indicação de que novas pesquisas sobre rede urbana, a partir da cidade de Araguari, são necessárias e fundamentais para entender o real papel dessa cidade no atual quadro da hierarquia urbana.

Referências

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **Os mitos do “sertão” e do Triângulo Mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade**. 2003. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Triângulo: Capital comercial, Geopolítica e Agroindústria**. 1989. 189 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – CEDEPLAR: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUIMARÃES, E. N. **Infra-estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho**. 1990. 224 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1990.

_____. A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. In: **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 4, p. 07-35, Jan./Jun. 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos demográficos**: 1970, 1980, 1991 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em: 09 fev. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem populacional**: 1996 e 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em: 09 fev. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**: 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em: 09 fev. 2009.

PESSÔA, Vera Lúcia S. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 1982. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), IGCE-UNESP, Rio Claro, 1982.

RODRIGUES, M. A. **Fagulhas da história do Triângulo Mineiro**. ABC-SABE, 1988.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, William Ribeiro da. Londrina e Maringá enquanto cidades médias: desconstruindo o mito das regiões metropolitanas do Norte do Paraná. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOARES, B. R. **Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro**. 1995. 366f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Urbanização no cerrado mineiro: o caso do Triângulo Mineiro. In: Silva, J. B. da; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. **A cidade e o urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997, p. 105-130.

SOARES, Beatriz Ribeiro et al. Dinâmica urbana na bacia do rio Araguari (MG) – 1970-2000. In: LIMA, S. do C; SANTOS, R. J. dos. **Gestão ambiental na bacia do rio Araguari: rumo ao desenvolvimento sustentável**, Uberlândia: UFU/IG, Brasília: CNPq, 2004, p. 125-161.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. O estudo das cidades médias brasileiras. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.